



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

EXPERIÊNCIA DE METODOLOGIA E PROCESSO COLABORATIVO NO BAIRRO TATUQUARA,
CURITIBA, PARANÁ

Marina Renosto Gennari (Universidade Federal do Paraná) - mrenostogennari@gmail.com
Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná

Gislene Pereira (Universidade Federal do Paraná) - gislenepereira42@gmail.com
Arquiteta e Urbanista. Docente dos Programas de Pós-graduação em Planejamento Urbano e em Geografia/ UFPR. Pesquisadora na temática do planejamento urbano, com ênfase em políticas e instrumentos para financiamento do desenvolvimento urbano



EXPERIÊNCIA DE METODOLOGIA E PROCESSO COLABORATIVO NO BAIRRO TATUQUARA, CURITIBA, PARANÁ

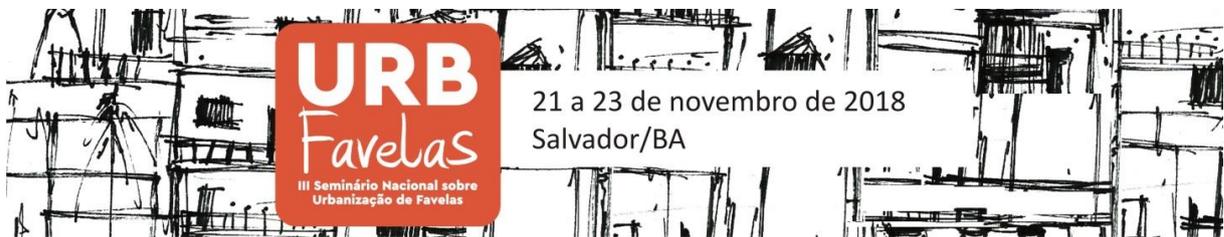
RESUMO:

Este trabalho aborda a temática do planejamento urbano, a partir do entendimento do seu papel na produção e consolidação dos espaços periféricos. Pretende-se contribuir com a discussão sobre a importância de uma ação planejadora que incorpore tais espaços à cidade formal, baseada na atuação colaborativa e no fortalecimento das comunidades.

O recorte espacial estudado é o bairro Tatuquara, em Curitiba, por apresentar características periféricas e segregadas da dinâmica da cidade. O exercício metodológico foi realizado em conjunto com os moradores do bairro, em colaboração com grupos de atuação local. As práticas se basearam na análise do território, das dinâmicas de produção do espaço e na identificação dos problemas, desejos e aspirações dos moradores, a partir da vivência e opiniões dos próprios usuários.

Palavras-chave: planejamento urbano colaborativo, espaços periféricos, participação social.

ST – “1”: “Projeto, Processo, Superação de Limitações”



1 INTRODUÇÃO

Para buscar novas soluções para o planejamento urbano no Brasil aplicado à urbanização de favelas e assentamentos, é de grande importância entender em que medida o modelo de planejamento vigente tem contribuído para a geração e consolidação de tais espaços.

O planejamento das cidades desempenhou diversos papéis, de acordo com o momento histórico em que se inseria. Mas, desde os primeiros planos de embelezamento, com foco na estética espacial, até os atuais planos estratégicos, voltados à produção de cidades eficientes e atrativas para o mercado, sempre houve um fator em comum: o uso da planificação urbana como ferramenta para consolidação de poder.

Apesar dos avanços com relação à reforma urbana, o ideário dos planos estratégicos se consolidou nas práticas de planejamento de cidades no Brasil. Partindo-se de tal conceito, a cidade é pensada como atração de investimentos, vinculando a qualidade do espaço ao seu valor de troca. A consequência disso é que a população de baixo poder aquisitivo se vê obrigada a ocupar espaços de baixa qualidade, gerando assim os assentamentos irregulares e favelas.

Este trabalho pretende contribuir para a discussão sobre a prática do planejamento urbano com viés colaborativo, como uma ferramenta de inclusão social em áreas espacial e historicamente excluídas. A discussão toma como referência uma experiência de elaboração de metodologia de plano local colaborativo, desenvolvido como trabalho de conclusão de curso, no bairro Tatuquara, em Curitiba, Paraná.

A metodologia apresentada se fundamenta no reconhecimento e fortalecimento da importância do envolvimento no processo daqueles que são afetados pelo planejamento; daqueles que vivem, conhecem e se apropriam do espaço cotidianamente, sendo tal reconhecimento aplicado na própria trajetória do planejar. O papel do arquiteto e urbanista nesse contexto seria organizar estratégias para o desenvolvimento do espaço urbano, sem a pretensão de ser o criador das mesmas. Essas estratégias seriam criadas por aqueles diretamente afetados por elas, sendo que o arquiteto agiria principalmente na tradução das percepções e anseios da população em relação à modificação do espaço.



Acredita-se que a experiência aqui apresentada pode fortalecer propostas de parcerias com as universidades na elaboração de ferramentas e práticas para o planejamento institucional, bem como para o uso das próprias comunidades.

2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

2. 1. Contextualização do Planejamento Urbano no Brasil

Até o início do século XX as propostas para modificação do espaço urbano consistiam basicamente no embelezamento e europeização das cidades. As ações do Estado correspondiam a esse discurso; as instituições e seus interesses não eram contestados e os projetos eram aceitos pela população. Com a industrialização, a segregação entre as classes ricas e pobres ficou mais evidente, o que conduziu ao surgimento de movimentos populares reivindicando melhorias urbanas. Ao mesmo tempo, havia pressão para atendimento das lógicas de produção e consumo das classes dominantes. Essa contradição, entre pressão popular das camadas de renda baixa e necessidade da reprodução capitalista das classes de alta renda, consolidou o que Villaça (2004) denomina de planejamento ideológico.

O planejamento urbano, que já era utilizado como um instrumento para consolidação dos interesses das classes dominantes sobre o espaço, passou a ter um caráter cada vez mais ideológico, com a finalidade de ocultar ou justificar as ações do Estado. Com discursos baseados na ciência e na racionalidade, as classes dominantes continuaram a ter seus desejos atendidos e, ao mesmo tempo, era dada uma resposta às camadas populares, a quem cabia acreditar que suas reivindicações seriam incluídas nessa racionalidade.

No cenário internacional de globalização, de reestruturação da produção econômica e das reformas liberais (final século XX e início do XXI), o planejamento voltado para o mercado ganha destaque - o planejamento estratégico, que passou a influenciar as políticas brasileiras. (CLEMENTINO, 2008, p.1) A aprovação do Estatuto da Cidade – Lei 10.257 de julho de 2001 – representa grandes avanços na luta pela reforma urbana e, embora tenha havido um esforço significativo de uma parte dos planejadores em incorporar tais avanços na produção urbana, as cidades brasileiras continuam influenciadas pela lógica do planejamento estratégico, que



entende a cidade como um atrativo para investimentos externos e aposta na sua competitividade, como um produto a ser vendido. (SILVA, 2012)

A racionalidade em que se baseia o planejamento estratégico passa a ser traduzida em modelos, estatísticas e indicadores, e, assim, forjam uma realidade que fundamenta as intervenções. O espaço representado simula o espaço real, mas nessa representação não há conflito, tempo ou relações sociais, já que a realidade analisada é reduzida a códigos e dados numéricos, conforme expõe Carlos (2014). A consequência mais evidente da dinâmica de produção do espaço voltado a atender o capital, em que as desigualdades precisam existir para subsidiar a acumulação (CARLOS, 2014), é a segregação da população mais pobre, que não encontra alternativas de habitação no mercado formal de moradia.

Nesse contexto do planejamento estratégico, a ação do poder público, quando existe, se apoia na melhoria e na estruturação urbana da área periférica, descaracterizando-a, portanto, como periferia, com a consequente valorização imobiliária e o ingresso de classes mais altas em tais locais. Nesse processo, o padrão de vida local também se eleva e os antigos moradores são expulsos e obrigados a procurar e a formar novas periferias; novas áreas excluídas da dinâmica da cidade. Ou seja, a ação do planejamento não os atinge, mas consolida sua situação enquanto estigmatizados e excluídos. Nessa situação, não há, portanto, a solução da periferia, mas a mudança espacial da mesma, com a produção de uma nova periferia, por vezes ainda mais afastada do que a anterior.

2.2. Subversão no Planejamento Urbano

Segundo Carlos (2014), para mudanças estruturais nas cidades seria necessário romper o padrão de construção que se manteve ao longo da história, o que requer superar o planejamento enquanto ideologia e questionar seu papel na reprodução do capital.

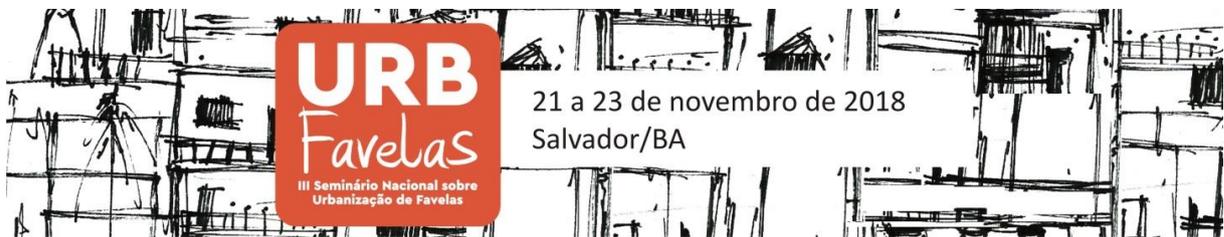
Randolph (2014) afirma que o motivo central que permitiu que o planejamento fosse apropriado como ideologia está no que Habermas chamou de racionalização da racionalidade, ou seja, o fato de o planejamento ser resultado de uma lógica abstrata e produtor da mesma, enquanto que abstrata é tudo o que uma sociedade não é.



Segundo o autor, a teoria de Habermas aponta duas formas de racionalidade incluídas no processo de planejamento, sendo a primeira chamada de “mundo da vida” e a segunda de “sistema” (RANDOLPH, 2014). Habermas denuncia, portanto, o potencial que o planejamento teria para transformar-se em um instrumento para o que ele chamou de “colonização”. Ou seja, o planejamento pode ser apropriado para racionalizar as questões da vida urbana, retirando o poder de decisão e até de pensamento da população. Portanto, um planejamento que busque resultados diferentes dos que se tem até agora deveria ampliar o mundo da vida e restringir o sistema, impedindo a racionalização das questões do cotidiano e opondo-se à mercantilização do espaço, transformando a lógica de valor de troca em valor de uso na ação planificadora.

Existe um longo debate sobre as diferentes formas de planejamento para o futuro e seus respectivos agentes envolvidos, e todas essas abordagens migram de uma visão mais tecnocrata, fechada em si, para o reconhecimento do envolvimento daqueles que são afetados pelo planejamento. O conceito de planejamento participativo, dominante na década de 1980, foi atualizado para planejamento colaborativo por alguns autores, pelo fato de o primeiro ter permanecido apenas como um discurso de legitimação, enquanto a participação popular se manteve mais no sentido de ter a população como espectadores. Nesse contexto, Randolph (2014) acredita que a “subversão”, ou seja, um movimento que vai contra as ordens estabelecidas, deve ser aplicada na própria trajetória dos modelos de planejamento, superando e rompendo esta trajetória. Seria na “*práxis*” que se encontra a força criativa, e não na formalidade dos modelos que apenas reproduzem velhos esquemas. Para o planejamento alcançar o verdadeiro patamar da “*práxis*” seria preciso, entretanto, em vez de criar uma nova concepção ou um novo discurso, subverter o processo do planejamento, incorporando os espaços em sua dimensão total, e não apenas simbolicamente, superando as limitações das representações e dos discursos.

Randolph (2014) aposta na ideia de revolução, mas não em uma revolução contra o sistema, que luta contra e se apoia na substituição do mesmo, já que no momento em que o substitui, torna-se o sistema. Defende-se um processo em que existe uma subversão que fortalece a vida cotidiana, criando formas duradouras que não se submetem aos sistemas e que, de alguma forma, não estão acessíveis às suas lógicas. Segundo Randolph (2014), articular subversão e planejamento é possível, mas isso não seria um aperfeiçoamento do planejamento, e sim o



fortalecimento dos movimentos de subversão, assegurando-lhes autonomia para que não sejam apropriados pelo sistema.

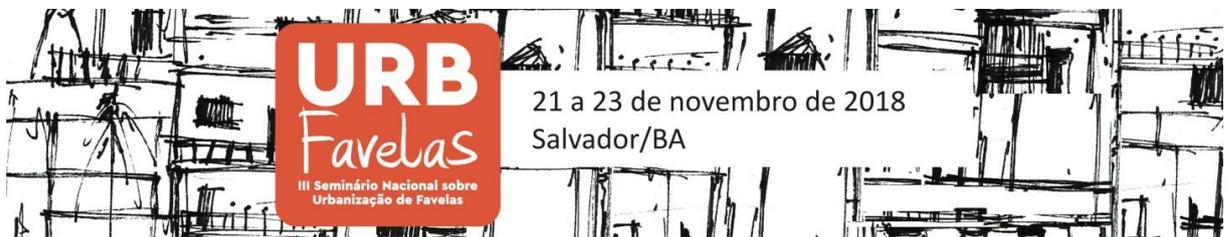
3 A EXPERIÊNCIA COLABORATIVA NO TATUQUARA

3.1. O bairro Tatuquara

O bairro Tatuquara localiza-se na região sul da cidade de Curitiba. O local se manteve predominantemente rural até o fim do século XX, quando, a partir da década de 1990, o bairro passou a crescer de maneira acelerada e significativa. Começaram, então, a surgir os problemas característicos das periferias das grandes cidades, como ocupações irregulares, elevados índices de criminalidade e carência de infraestrutura urbana (OLIVEIRA e BAPTISTA, 2015).

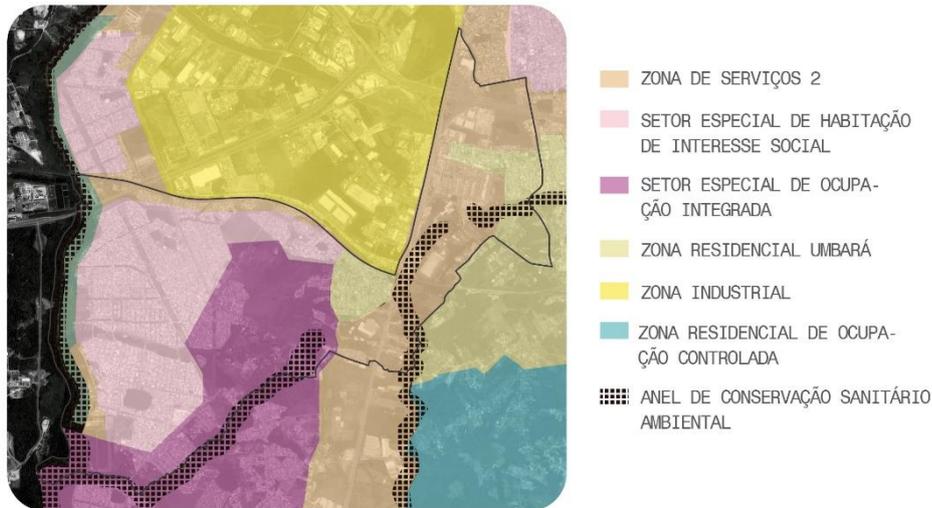
A região é caracterizada principalmente por três processos de ocupação: i) produção de habitação de interesse social para pessoas realocadas de ocupações irregulares em outros bairros, ii) implantação de empreendimentos populares, pelo financiamento de imóveis do programa Minha Casa Minha Vida, iii) periferização – a população de baixa renda não encontra possibilidade de moradia em áreas consolidadas e recorre ao mercado informal de moradia em terras ainda não loteadas.

A partir de análise do zoneamento atual de Curitiba (figura 1), percebe-se que grande parte do bairro Tatuquara é demarcada como dois setores especiais: i) SEHIS – Setor Especial de Habitação de Interesse Social, com critérios especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a facilitar o ordenamento territorial para a regularização ou urbanização de interesse social, o que justifica a implantação de moradias populares pela COHAB na região, ii) Setor Especial de Ocupação Integrada, reservado para empreendimentos habitacionais, comerciais, de serviço e de uso público. Outro fato observado no mapa de zoneamento é que os loteamentos majoritariamente residenciais do bairro Tatuquara são adjacentes a uma grande zona industrial, localizada no bairro CIC, especialmente caracterizada por terrenos grandes, delimitados por poucas vias e pela Rodovia Régis Bittencourt, ocupados por galpões industriais e estacionamentos para veículos pesados. A área ao longo da Rodovia Régis Bittencourt é caracterizada como Zona de Serviços 2, destinada aos usos comercial e de serviços geradores



de tráfego pesado ou intenso. Existe também no bairro o Setor de Conservação Ambiental, com limitações para ocupação das margens dos recursos hídricos.

Figura 1 – Análise do zoneamento no bairro Tatuquara e entorno.



Fonte: IPPUC, 2015. Edição do autor.

Apesar de ser um bairro populoso e com crescimento acima da média do município (figura 2), é perceptível a ruptura existente entre a malha viária e os eixos de transporte público. Os dois eixos de transporte público de massa que conectam a cidade no sentido norte-sul, a via estrutural e a Linha Verde, acabam abruptamente no bairro Pinheirinho, que faz divisa com o norte do Tatuquara. Essa situação reflete a contradição que o Tatuquara representa para Curitiba: um dos bairros que mais recebe empreendimentos populares e realocações de família de baixa renda, ao mesmo tempo que tem papel periférico na estruturação do município.

Figura 2 – Relações sócio espaciais entre o Tatuquara e o município.



Fonte: IPPUC, 2015. Edição do autor.



3.2. Passos metodológicos de um plano comunitário colaborativo

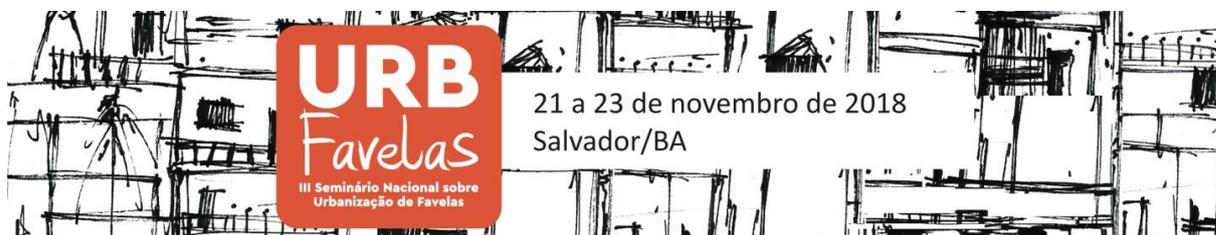
Para gerar uma real inclusão de todos os envolvidos, entende-se que uma experiência de planejamento colaborativa deve reconhecer as questões urbanas presentes na realidade do bairro e trazê-las para serem apropriadas pelos participantes, aproximando a linguagem e o conhecimento acadêmicos aos saberes e experiências populares, permitindo à comunidade o entendimento sobre as transformações urbanas. Assim, considera-se que o desenvolvimento de um plano colaborativo deve incluir a produção de materiais de fácil entendimento, visualmente claros e interessantes, com informações pontuais relevantes.

Por ser um instrumento de planejamento próximo do cidadão, o plano local, destinado a um bairro ou comunidade, deve ser elaborado em ambientes que promovam condições de interação entre as pessoas. É importante que durante o processo a comunidade experimente diversos tipos de ambientes e ferramentas. Além disso, deve-se realizar as atividades coletivas em dias e horários que atendam à participação de um maior número de pessoas. Estas atividades devem permitir ampla comunicação e interação entre os participantes, para que as pessoas criem juntas os produtos de cada encontro, tendo como base referenciais técnicos da realidade apresentados de forma clara e dinâmica.

A seguir são apresentadas de forma sintética as etapas de trabalho de um processo de planejamento colaborativo, com o propósito de experimentar estratégias para formatação de um processo de planejamento local.

3.2.1. Etapa 1: Aproximar

O objetivo desse primeiro momento deve ser a compreensão da dinâmica de formação do bairro e da realidade dos moradores e criação de uma rede de contatos que possibilite uma conexão direta com a comunidade. Esta etapa compreende: pesquisa sobre a história do bairro, seu contexto e acontecimentos na região; criação de material informativo e página *online* para divulgação do plano e das atividades previstas; elaboração de questionário *online* com perguntas que direcionem os moradores a expressarem como se sentem nos espaços existentes do bairro; contato com organizações do poder público e lideranças locais; divulgação do projeto



para potenciais colaboradores ;entrevistas com lideranças locais e organizações comunitárias, além de visitas ao bairro para contato e entrevistas com os moradores e divulgação do plano.

3.2.2. Etapa 2: Entender

Pretende-se com esta fase criar uma análise espacial que possibilite uma visão da realidade vivida pelas pessoas, baseando-se nas questões cotidianas e nos sentimentos relacionados ao lugar. Os procedimentos para isso são pesquisas em dados oficiais; estudos e projetos realizados anteriormente na região; visitas ao bairro para levantamento espacial e análise da apropriação do espaço e usos que acontecem no bairro; compilação das informações referentes ao espaço obtidas nas entrevistas e questionário *online*; elaboração de material gráfico para demonstração das condicionantes analisadas; elaboração de material didático para oficinas; realização de oficina de mapeamento crítico com a comunidade e elaboração de material de diagnóstico, reunindo estudos e resultados do processo colaborativo.

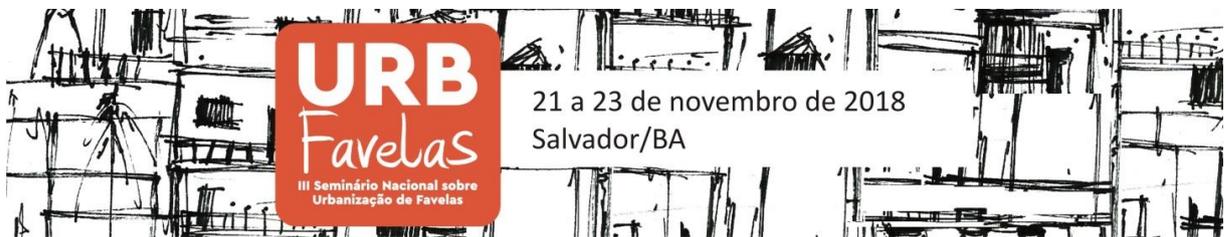
3.2.3. Etapa 3: Definir

Nesta etapa, são reunidas diferentes opiniões e pontos de vista a respeito do espaço e do urbanismo, buscando compreender como a comunidade gostaria de ver seu bairro no futuro. Para isso, o processo inclui elaboração de material sintético e didático sobre as informações coletadas, para uso em reuniões e oficinas; realização de oficina sobre a visão da criança, para acolher a perspectiva infantil do espaço, e a elaboração de material que sintetize os resultados do processo colaborativo, segundo os objetivos do plano.

3.2.4. Etapa 4: Planejar

O objetivo dessa etapa é reunir as informações coletadas através dos diagnósticos e discussões com todos os envolvidos, gerando diretrizes de desenvolvimento para o bairro, baseando-se em todas as etapas anteriores. Esta etapa da metodologia aparece aqui como indicativa, tendo em vista este artigo ser o relato de um trabalho acadêmico, no qual existem limitações para a experimentação concreta desta etapa, que depende da realização das etapas anteriores.

As etapas foram aqui organizadas para facilitar a elaboração dos materiais, porém, entende-se que durante o contato e a execução prática das tarefas, por ser um processo guiado pela



coletividade e, portanto, dinâmico, as etapas podem se sobrepor, conforme a participação acontece.

3.3. Um processo de plano colaborativo no bairro Tatuquara: etapas e resultados

Será aqui apresentada a experiência de processo colaborativo desenvolvido junto a uma comunidade de moradores do bairro Tatuquara.

3.3.1 Etapa 1: Aproximar

A experiência teve início com visitas no bairro, em que conversas e entrevistas com os moradores guiaram o caminho para parcerias. A partir de então, houve apoio de um grupo de jovens com atuação local; de um vereador que é morador do bairro; uma assistente social, representando a Secretaria Municipal da Defesa Social, que fez a ponte com um representante da CUFA (Central Única das Favelas) - Paraná, o qual, por sua vez, criou a conexão a uma ONG local, o que possibilitou o contato com um grupo de pessoas representativo do bairro.

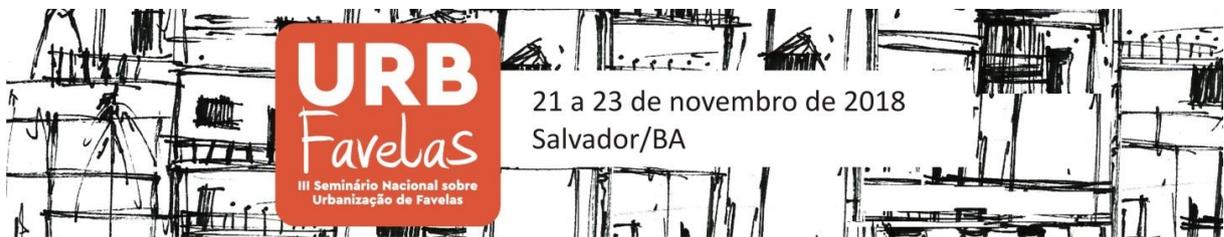
3.3.2 Etapa 2: Entender

3.3.2.1 Diagnóstico técnico

O material gerado nessa etapa foi sintetizado a partir de pesquisas e levantamento em campo, e então levado à população nos momentos de colaboração. A figura a seguir (figura 3) demonstra o material produzido como diagnóstico técnico.

Figura 3 – Diagnóstico técnico





Fonte: IPPUC, 2015. Edição do autor.

3.3.2.2. Diagnóstico coletivo

Os dados aqui reunidos foram retirados das aplicações de questionário online, divulgado por página no Facebook, e a partir de entrevistas com os moradores. Houve a participação de 51 pessoas.

Figura 4 – Gráficos de diagnóstico coletivo



Fonte: O autor.

3.3.2.3. Análise da apropriação do espaço

Pretendeu-se fazer um exame sensível do espaço público no bairro, considerando que espaços livres apropriados e mantidos pela população de forma espontânea podem mostrar a relação dos moradores com o espaço e as demandas que não são atendidas oficialmente. Assim, houve passeios com líderes comunitários e moradores, em diferentes dias da semana, para observar



tais usos. As apropriações notadas incluem campos de futebol, pistas de bocha, hortas comunitárias, espaços de culto religioso, mobiliário improvisado e ajardinamento, bem como expressões artísticas na forma de *graffiti*.

Figura 5 – Imagens de análise da apropriação do espaço.



Fonte: O autor.

3.3.2.4. Realização de Oficinas

Nesta etapa foi realizado um conjunto de oficinas, com objetivos específicos, relatadas a seguir.

Oficina 1: O bairro que a criança vê

Uma das características do planejamento colaborativo aqui proposto inclui a percepção da perspectiva infantil do espaço. A criança é vulnerável, o que a torna um medidor mais preciso da qualidade ambiental, já que um espaço acessível e seguro para uma criança o será ainda mais para um adulto. Além disso, a relação que a criança tem com sua cidade e comunidade guiará as atitudes dos adultos das próximas gerações com o espaço e com a sociedade.

A primeira etapa da oficina consistiu em uma experimentação consciente do espaço, através da percepção das barreiras físicas e das pessoas. As crianças foram motivadas a se movimentar em determinado espaço, de diversas formas e com tipos diferentes de movimentos. As crianças foram então questionadas sobre como se sentiram em cada momento e houve uma conversa sobre a relevância do espaço urbano nas relações intra e interpessoais. A intenção era aguçar a percepção espacial.



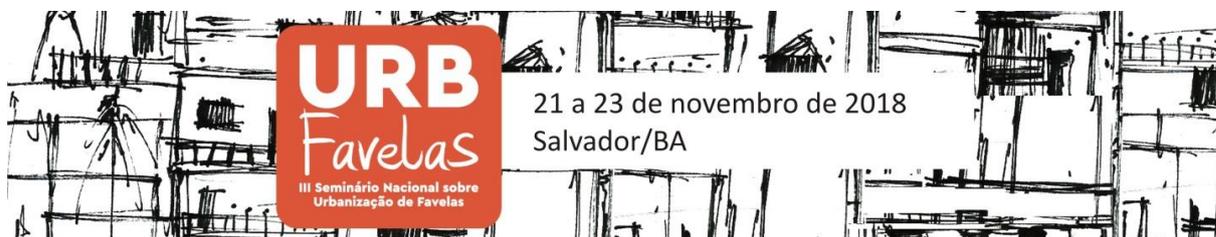
Na segunda etapa da oficina, os participantes deveriam criar uma história em quadrinhos sobre o caminho de suas casas até a escola. Foi recomendado que, antes de começar, lembrassem dos momentos que passam nesse trajeto diário, no que sentem, o que veem na rua, o que chama a sua atenção, para então transformar tudo isso em uma história em quadrinhos, em uma folha de papel. O último quadrinho seria imaginado pelas crianças como o final que elas gostariam de dar à sua história. Esse exercício objetivou compreender a percepção espacial das crianças e suas aspirações para a comunidade.

Os desenhos das crianças indicaram muitos problemas no bairro, como falta de pavimentação adequada nas ruas, lixo nos córregos e canais, insegurança no trânsito, homogeneidade de tipologia habitacional e falta de espaços de lazer. As histórias também indicam padrões de estilo de vida, como o hábito de ir para a escola a pé, junto com amigos que moram próximos, em vez da companhia de um adulto, o que se repetiu em vários quadrinhos.

3.3.2.5 Mapeamento colaborativo: diagnóstico e objetivos

A introdução do método colaborativo vem sendo utilizado com recorrência em universidades, bem como em eventos para profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo. Este trabalho, entretanto, aplica a técnica ao planejamento de bairro e, não por acaso, em um bairro de vulnerabilidade sócio econômica. A aplicação do mapeamento colaborativo no bairro Tatuquara mostrou de que forma pode ser desenvolvida a ação colaborativa, integrando o conhecimento técnico e profissional com a visão da comunidade, para gerar inclusão de uma parcela da população que, muitas vezes, nem mesmo é alfabetizada.

Mesmo para a realização de oficinas de mapeamento com poucas pessoas é necessária uma equipe que conduza o processo, tanto para responder dúvidas individuais que surgem nos momentos da apresentação e discussão, quanto para ajudar nas etapas de desenho coletivo, além de proporcionar agilidade para a organização do espaço e dos materiais. É importante também que sempre tenha uma pessoa livre para fazer registros fotográficos, de vídeo e gravação durante todo o processo, pois muitas informações podem não ser percebidas no momento, podendo ser resgatadas posteriormente.



Na experiência desenvolvida no Tatuquara, percebeu-se que ao convidar as pessoas para participar da oficina, muitas demonstravam se sentir desqualificadas para a colaboração. Portanto, o convite e a divulgação das oficinas devem esclarecer que todas as pessoas são colaboradoras, e que a visão de realidade delas é importante. Deve ficar claro que o propósito da oficina é permitir a apreensão e futuro atendimento de demandas de pessoas, que não são ouvidas em processos mais tradicionais e menos horizontais de planejamento. No caso do Tatuquara, a divulgação da oficina foi feita através de página e evento no *Facebook* e com convites feitos pessoalmente em caminhadas pelo bairro. O segundo método se mostrou mais eficiente, já que havia a oportunidade de explicação sobre a oficina.

A importância da participação de todos deve ser reforçada no início da oficina, a partir de uma explicação breve e de fácil assimilação, sobre o trabalho a ser realizado. Nesse momento, é muito importante o exercício de traduzir a linguagem acadêmica habitual para uma linguagem informal e direta, sem rodeios. É importante apresentar quantas e quais são as etapas da oficina, mas, posteriormente, deve ser explicada uma etapa de cada vez, seguindo-se à realização da etapa. É comum que após a realização da primeira etapa muitas pessoas já não se lembrem do que foi dito no início, daí a importância de a explicação da etapa ser seguida da sua realização.

Após a introdução do tema da oficina, é interessante que as pessoas conversem sobre o tema entre elas e que todos tenham a chance de falar. A oficina realizada no bairro Tatuquara foi iniciada com 16 pessoas. Apesar de não ser um grande número, a primeira tentativa de organizar todos em um único círculo para dialogar não foi eficiente. Por isso, o grupo foi reorganizado em subgrupos de 3 a 4 pessoas, o que permitiu uma grande evolução nas discussões. Nessa fase, o grupo elaborou algumas perguntas, que foram discutidas nos subgrupos. Na sequência, um membro de cada grupo deveria expor a resposta ou conclusão a que chegaram para que todos pudessem ouvir, enquanto um voluntário anotava as respostas.

Após a roda de diálogo, teve início o exercício de mapeamento colaborativo. Neste momento, tornou-se evidente que para os moradores do bairro, o entendimento do espaço se dava sob a perspectiva do observador em relação aos lugares que estão acostumados a frequentar, ou de descrições sobre eles. Assim, foi necessário um primeiro momento de discussão, utilizando-se imagens a partir do *Google Maps* e fotos tiradas em etapas anteriores. Na sequência, os



organizadores da oficina foram traduzindo as observações para o mapa. Conforme esse processo acontecia, as pessoas começaram a se interessar e a entender melhor o que estava sendo colocado no mapa e passaram a trabalhar sobre ele também. Outra ferramenta importante foi a utilização de ícones para demonstrar problemas ou necessidades. Foi levado material impresso contendo uma grande variedade de ícones, representando problemas apontados anteriormente ou equipamentos a implantar. Este material foi disposto sobre a mesa de trabalho, com uma indicação do significado de cada representação, para que fossem colados no mapa. Isso estimulou as pessoas a participarem, e cada imagem colada instigava o início de um debate.

3.3.2.6 Diagnóstico integrado

A partir das oficinas, visitas com moradores, entrevistas e questionários, pôde-se formar um mapa de diagnóstico do bairro (figura 6), diferente de um diagnóstico encontrado em fontes oficiais do município, pois foi construído a partir das questões espaciais relevantes para o cotidiano dos usuários.

Figura 6 – Diagnóstico integrado.



Fonte: O autor.

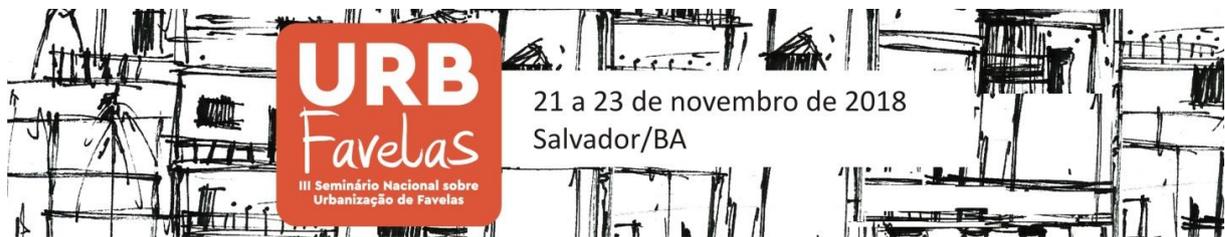


Figura 7 – Legenda: mapa de diagnóstico integrado.



Fonte: O autor.

3.3.3. Diretrizes

A partir do diagnóstico integrado e dos desejos dos moradores, coletados pelas experiências coletivas, chegou-se a um mapa preliminar de diretrizes (figura 8) para intervenções urbanas no local. Este mapa reúne informações adquiridas desde o início do contato com os moradores, com conversas, entrevistas, questionários, reuniões com lideranças, até o momento das oficinas, quando foram obtidas informações mais precisas.

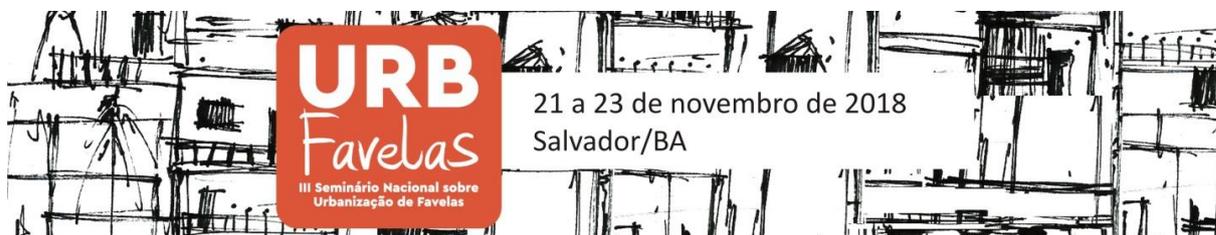
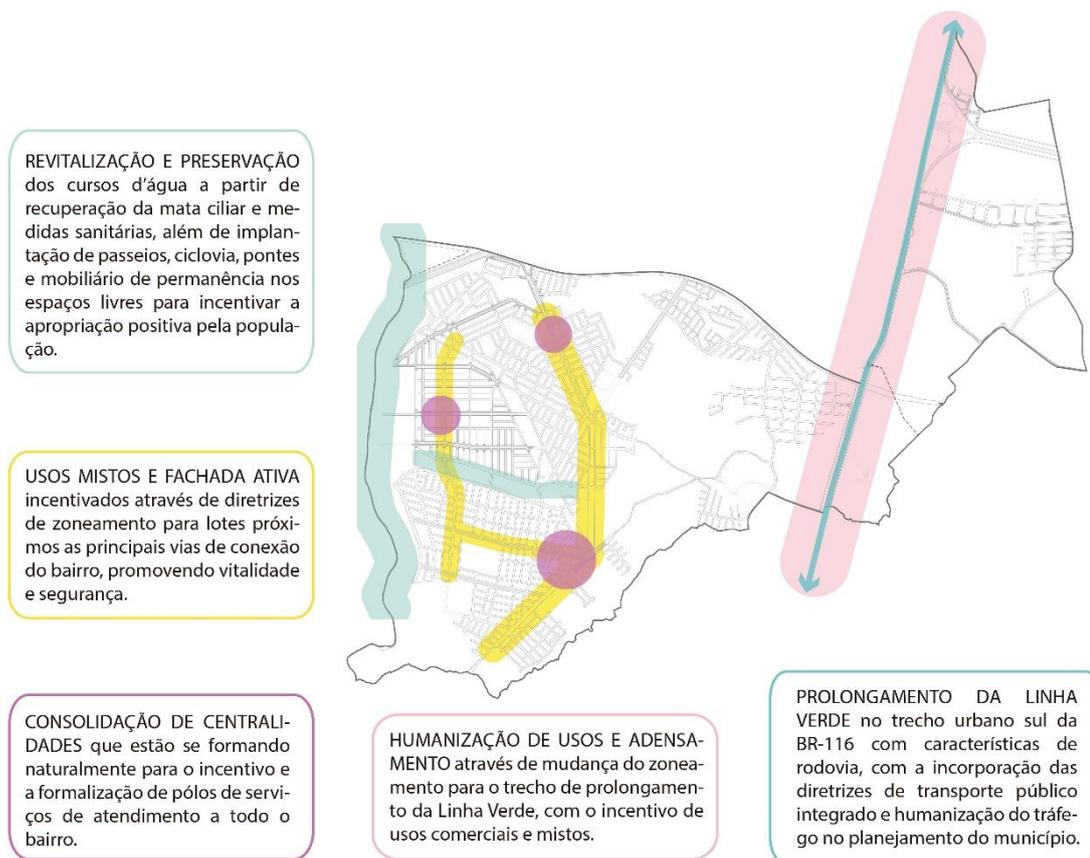


Figura 8 – Mapa de diretrizes preliminares.

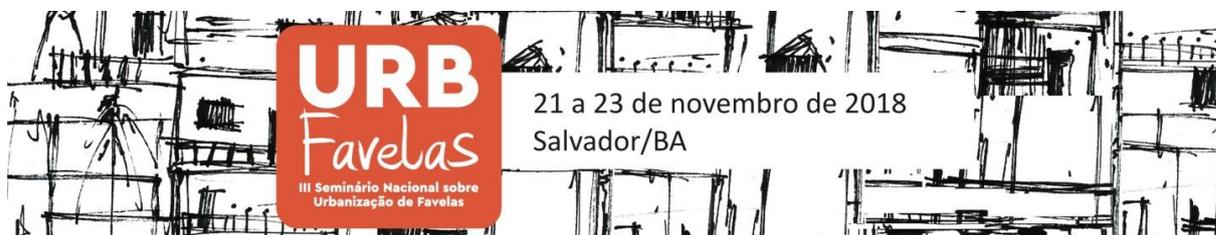


Fonte: O autor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho defende um processo de planejamento que seja realizado em conjunto com seus usuários e, para que essa ideia seja efetivada, não basta a participação residual dos habitantes em audiências com apresentação de propostas e votações, em que há pouco ou quase nenhum local de fala para os menos favorecidos. Além disso, entende-se que não é efetiva a participação quando a população se sente inapta a opinar sobre determinados assuntos, por isso, deve ser dada grande importância à linguagem e à comunicação visual. Essa é uma contribuição específica a ser dada pelo arquiteto e urbanista.

Conforme apresentado, os materiais utilizados nas atividades com os moradores tiveram de ser modificados ao longo do processo, a partir da percepção de que a linguagem técnica, mesmo



quando mínima, afastava a população da colaboração. A etapa de mapeamento gerou grandes lições para o trabalho. Mesmo com o devido cuidado para não utilizar uma linguagem técnica, ficou claro que um aspecto separava os participantes dos arquitetos: a percepção do espaço na representação apresentada no papel – nem todo mundo consegue ler em um mapa a representação de seu bairro. A transformação mental do espaço em que se vive o cotidiano para uma representação em mapa não é natural; é uma habilidade específica, que, no campo da arquitetura, foi naturalizada. Muitas pessoas que participaram da oficina sequer sabiam ler e escrever, e as que sabiam tinham baixa escolaridade, o que gerou uma grande dificuldade de trabalhar sobre o mapa do bairro. Essa situação mostrou que existe uma grande diferença entre um método de mapeamento colaborativo a ser utilizado entre profissionais ou estudantes acadêmicos e uma metodologia a ser aplicada em bairros de periferia.

Enfim, entende-se que a proposta metodológica aqui apresentada, bem como sua experimentação no bairro Tatuquara, representa a possibilidade de um processo de planejamento colaborativo, indicando a viabilidade de sua incorporação no desenvolvimento de um plano de bairro. Mais importantes do que os resultados concretos, foram os aprendizados relacionados ao processo colaborativo no trabalho junto a favelas e bairros periféricos. Esse exercício mostrou que a ação planejadora colaborativa é complexa, na mesma proporção da complexidade do assentamento e das características da comunidade. Neste contexto, o planejador, portanto, deve saber acompanhar a dinâmica da coletividade, garantindo flexibilidade ao processo de planejamento, ao permitir sobreposição de fases, momentos e ideias.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, E.; OLIVEIRA, M. M. F. de. Bairro Tatuquara – Curitiba PR: Uma abordagem socioambiental: Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade/vol.8, n.4: Grupo Uninter, 2015. Disponível em:<<http://www.grupouninter.com.br/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/viewFile/420/261>> Acesso: 11 nov. 2016.



CARLOS, A. F. A. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. Um novo planejamento para um novo Brasil. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

CLEMENTINO, M. do L. M. Ordenamento e planejamento territorial: a falta que faz o plano metropolitano. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, IPPUC. Nosso bairro: Tatuquara. Curitiba: IPPUC, 2015. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/74-Tatuquara.pdf>> Acesso: 11 nov. 2016.

RANDOLPH, R. Subversão e planejamento como “práxis”: uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. Um novo planejamento para um novo Brasil. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SILVA, E. R. (2012). O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 279 a 306

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.